



A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: OBSTÁCULOS E METAS DENTRO E FORA DA ESCOLA

BRAZILIAN EDUCATION IN LAST DECADES: BARRIERS AND GOALS INSIDE AND OUTSIDE SCHOOL

Sidnéia Macarini Martins¹

RESUMO: O texto propõe uma reflexão sobre a educação do Brasil, suas constantes mudanças e tentativas de utilizar modelos muitas vezes descartados por outros países. Apresenta índices de aprendizagem atuais e expectativa futura como meta de atingir uma educação de qualidade internacional mesmo sem uma preocupação concreta com a identidade da população, seus desejos e anseios. Expõe alguns aspectos geradores de insatisfação e conflitantes no sentido da formação inicial dos profissionais que interferem diretamente na atual situação da educação brasileira, tanto no âmbito da sala de aula quanto à insatisfação ante as políticas públicas propostas na intenção de melhoria. Discute a avaliação que muitas vezes ocorre sem a devida preocupação do todo e a demora com que os órgãos centrais decidiram fazê-la de forma ampla como meio de análise e visão global com o intuito da intervenção e foco na resolução de problemas. Tem um olhar crítico, mas realista, pois acredita na mudança, quando é bem elaborada e implementada, ciosa de cuidados no decorrer do processo para que não se perca a real intenção e que a conclusão seja adequada ao que se propôs, ou seja, quebrar paradigmas em busca de atendimento amplo sem perder a qualidade.

Palavras-chave: Educação. Mudanças. Metas. Avaliação. Políticas- públicas.

ABSTRACT: The text proposes a reflection about education in brazil, its frequent changes and tempts to utilize models which are, many times, discarded by other countries. It presents nowadays rates of learning and future expectation as an aim to achieve an education of international quality, even without a solid concern with the population identity and their wishes and hopes. It exposes some aspects that generates dissatisfaction and are conflicting to the initial formation of professionals who interfere directly on the current state of brazilian education, in the classroom practice as well as the displeasure of public policies proposed with the intention of improvement. This text discusses the value of the assessment that is usually performed without the proper focus on the whole and it also discusses the delay that the government entities have taken to do it, in order to perform in an expanded way of analysis and global vision with the aim of intervention and focus on the problems solution. With a critical but realistic look, this study believes in a well elaborated and implemented change, being careful during this process to its actual intention and making the conclusion suitable to what it has been proposed, that is, breaking paradigms in search of a wide perform without losing quality.

Key words: Education. Changes. Goals. Assessment. Public policies.

Introdução

¹ Licenciada em Letras e Pedagogia, Mestre em Educação pela Unoeste – Universidade do Oeste Paulista, professora efetiva da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e Centro Paula Souza. Email: sidneia_macarini@uol.com.br



Esta reflexão está voltada para a mecanicidade com a qual é tratada a educação no Brasil nas últimas décadas. A sociedade brasileira não pode e não deve continuar sofrendo com as mudanças propostas para a educação, principalmente aquelas que ocorrem, normalmente a cada quatro anos em decorrência da troca de governante sejam nos municípios, estados ou no governo federal. Essa instabilidade gera desconforto ao mesmo tempo em que não propicia uma continuidade de planos e projetos em longo prazo, acaba por passar por mudanças muitas vezes radicais, impossibilitando, inclusive, de fazer com que a educação no país alcance índices e metas internacionalmente estabelecidas.

A educação brasileira desde muito tempo tem passado por mudanças sejam elas, ora com olhar voltado para o sistema educacional, ora para o aluno. Talvez, como se tem visto seja mais fácil copiar aquilo que deu certo em outro lugar por comodismo ou por ser até mais barato na sua implantação, sem se dar conta de que é necessário buscar alternativas voltadas à realidade e à identidade cultural da população brasileira com suas características e peculiaridades tão únicas.

É um crime pensar que ao se economizar com a educação vai-se investir em outros programas voltados à melhoria de vida da população nacional. Muito ao contrário, pois, ao investir na educação de boa qualidade o governo economiza com projetos sociais, gera emprego e, por conseqüência, eleva o nível cultural das pessoas, ao mesmo tempo em que os qualifica perante o mercado internacional.

A busca por um modelo

Muito já se tem dito a respeito da situação da educação no Brasil e as conseqüências disto para a população brasileira, mas o fato é que, historicamente nossa educação tem como base aproveitar modelos utilizados em outros países, sobretudo europeus, fugindo em muito à realidade nacional e utilizando o formato “de cima para baixo” sem que se preocupe com as reais necessidades da população, suas especificidades e o meio onde ela vive. Saliente-se a má qualidade do ensino na Inglaterra em meados do século XIX que se propunha a dar o “mínimo” e nunca o “máximo” a fim de que os indivíduos pudessem ficar em estado de estagnação, pois, dessa maneira, não poderiam reclamar que não tinham direito à educação e, por sua vez e, pela falta de conhecimento não poderiam lutar por melhoria na qualidade do ensino público. A identidade de uma nação também deve ser vista através do nível de conhecimento e a capacidade de envolvimento que seu povo tem com as questões que envolvem, sobretudo, a educação em



tempos atuais, e como diz Stuart Hall (2006, p.14) "As sociedades modernas são, portanto, por definição sociedades de mudança constante, rápida e permanente". Muitas vezes os modelos propostos para nossa educação são aqueles implantados há certo tempo em seus locais de origem e que já não surtem os resultados adequados até para eles mesmos, sendo que a mudança rápida, constante e permanente da sociedade, segundo Hall, nos afeta de mesma maneira que aos outros países e nos propõe busca de novas alternativas de adequação à realidade brasileira.

Especificamente no estado de São Paulo vivemos uma grande mudança com a implantação da Progressão Continuada. Essa foi uma das exigências do BID² para promover financiamentos ao governo estadual paulista que estabelecia diminuição das taxas de repetência e evasão escolar. Até hoje a Progressão Continuada não é bem aceita por muitos professores que a entendem como "promoção automática" deixando, inclusive, de ensinar e estabelecer metas de aprendizagem através do desempenho dos alunos por entender que estes passarão de ano sem mesmo terem que estudar e aprender os conteúdos propostos nas escolas.

De modo geral tem-se visto a educação como suposto favor ao povo e não como direito do cidadão que paga seus impostos e deve ter o melhor.

Metas a serem alcançadas

No âmbito escolar é necessário observar a distância que existe entre comunidade e escola e entre escola e órgãos de comando. A comunidade, até por questão cultural, não tem o hábito da participação efetiva na escola, que entre outras ações pode buscar alternativas de parceria com empresas do setor privado como forma de proporcionar melhoria não só no aprendizado dos alunos, mas recursos que possam trazer melhorias físicas para a escola. Outra forma está no atendimento dos pais aos convites para participarem dos conselhos de classe participativos, pois nesse momento de reflexão coletiva estarão presentes pais, alunos, professores, coordenação e direção analisando o rendimento escolar do aluno e buscando alternativas, em conjunto, para solucioná-las. Quanto aos órgãos de comando é necessário dizer que estes ainda estão em busca

² BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento provedor de financiamentos para governos.



de um modelo para equacionar o problema da educação nacional; vide índices do IDEB³ no quadro abaixo:

IDEB 2005 e Projeções para o **BRASIL**

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas		IDEB Observado		Metas	
	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021	2005	2007	2007	2021
TOTAL	3,8	4,2	3,9	6,0	3,5	3,8	3,5	5,5	3,4	3,5	3,4	5,2
Dependência Administrativa												
Pública	3,6	4,0	3,6	5,8	3,2	3,5	3,3	5,2	3,1	3,2	3,1	4,9
Federal	6,4	6,2	6,4	7,8	6,3	6,1	6,3	7,6	5,6	5,7	5,6	7,0
Estadual	3,9	4,3	4,0	6,1	3,3	3,6	3,3	5,3	3,0	3,2	3,1	4,9
Municipal	3,4	4,0	3,5	5,7	3,1	3,4	3,1	5,1	2,9	3,2	3,0	4,8
Privada	5,9	6,0	6,0	7,5	5,8	5,8	5,8	7,3	5,6	5,6	5,6	7,0

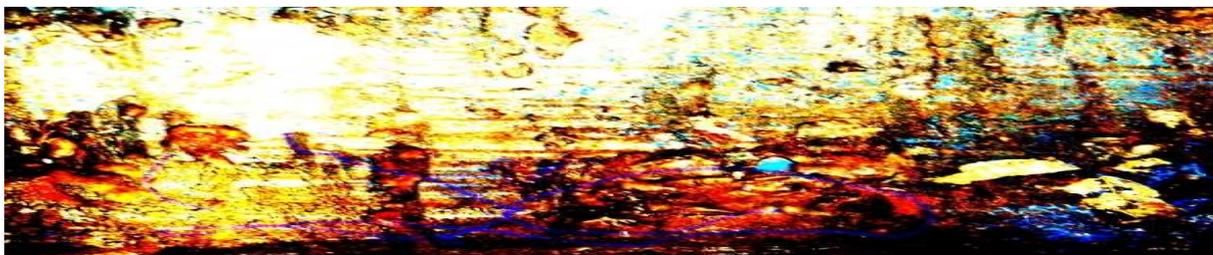
Fonte: Saeb e Censo Escolar. <http://ideb.inep.gov.br/Site/> acesso em 01/jul/08

Esses números têm relação com o PISA⁴, pois é um índice mundialmente considerado quando se trata de aprendizagem escolar, sobretudo no que se refere à leitura, escrita e relações matemáticas. No Brasil os alunos são avaliados nacionalmente através do SAEB⁵, dessa forma se obtém os índices apresentados acima. De posse dos resultados da avaliação nacional o governo federal faz uma comparação com os dados obtidos internacionalmente e estipula metas a serem alcançadas pela educação nacional, sem esquecer que os governos estaduais têm relação direta com a melhoria da qualidade do ensino uma vez que grande parte das escolas é estadual.

³ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que estabelece que o nível médio de aprendizagem da população escolar deve ser em torno da média 7,0.

⁴ Programme for International Student Assessment que é aplicado mundialmente em alunos de 15 (quinze) anos independente da série que estejam cursando.

⁵ Sistema Nacional da Educação Básica com provas aplicadas a alunos de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio



Ao analisar a tabela acima se observa que nos três níveis de ensino existe um baixo índice de aproveitamento, principalmente, no que diz respeito às escolas municipais e estaduais cujo aproveitamento é muito parecido. Não é necessário listar as causas para tais índices, mas é importante lembrar que a falta de preparo dos profissionais envolvidos no ensino, a má gestão escolar e os baixos salários são fatores extremamente relevantes para o que aí se apresenta. Segundo Lück et al (2005, p.21).

Três tendências globais são encontradas a este respeito: a) a gestão participativa como um elemento significativo entre as variáveis identificadas em “escolas eficazes”; b) a mudança do papel do gestor na gestão da escola; c) os vários elementos da tendência para autonomia escolar ou gestão descentralizada.

Vê-se, também, que existe uma meta a ser atingida, em todas as esferas, em 2010, e que, em muitos casos se apresenta bastante abaixo da média internacional. É importante observar que as metas internacionais devem ser tidas como parâmetro e não objeto de conquista, dadas as diferenças de ordem cultural, social e política que as nações apresentam e que em momento algum devem ser deixadas de lado. O mais importante não é questionar índices atuais ou anteriores, mas o que será colocado como forma de estabelecer mudanças efetivas e eficazes para alcançar os valores pretendidos pelo governo federal, bem como disposição em melhorar a qualidade de ensino nas escolas brasileiras.

[...] foram necessárias mais ou menos cinco décadas para que a avaliação (externa, em larga escala, centralizada e com foco no rendimento do aluno e no desempenho dos sistemas de ensino) viesse a ser introduzido como prática sistemática no governo da educação básica brasileira. [...] somente no final dos anos de 1980 culminou no delineamento de um sistema educacional nacional de avaliação, que propunha articular medida, avaliação e informação educacionais e estas ao planejamento da área. (FREITAS, 2007, p.51)

Infelizmente não basta avaliar a qualidade da educação brasileira. É preciso perpassar o processo de avaliação, que é de extrema importância, mas saber como utilizar esses resultados para resolver a situação presente na sala de aula como forma de enriquecimento do currículo, proposta de ensino adequada à realidade nacional, investimentos na melhoria dos prédios escolares, condições para capacitação em serviço ou fora dele para os profissionais da educação e, diante disso tudo, melhores salários para melhores profissionais. De qualquer forma a avaliação deve ser discutida até para poder ser entendida pelas partes integrantes do processo, tão simples como propõe Hengemühle (2004, p.116).

Junto com a coerência, deve haver, entre preposto e o realizado, a clareza das regras na avaliação. Aqui estamos bastante atrasados, novamente, em relação a



muitas empresas, que têm foco claro: temos que produzir tanto; atingida a meta, cada um ganha tanto. Na avaliação da escola, ainda, muitas vezes, o processo é de brincar de esconde-esconde, sem clareza das regras do jogo.

Coerência associada ao diálogo com proposta de intervenção nas situações de maior problema, no estabelecimento de metas compatíveis à realidade sem esquecer a valorização pela melhora de desempenho. Fatores que associados geram envolvimento e participação de todos e onde o trabalho coletivo deve ser valorizado, pois várias cabeças pensam melhor que apenas uma e é através do diálogo que se chega ao consenso.

Ora, desde 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova existia a predisposição de uma educação para todos e de qualidade:

Mas, a educação que, no final de contas, se resume logicamente numa reforma social, não pode, ao menos em grande proporção, realizar-se senão pela ação extensa e intensiva da escola sobre o indivíduo e deste sobre si mesmo nem produzir-se, do ponto de vista das influências exteriores, senão por uma evolução contínua, favorecida e estimulada por todas as forças organizadas de cultura e de educação. [...] É preciso, porém, atacar essa obra, por um plano integral, para que ela não se arrisque um dia a ficar no estado fragmentário, semelhante a essas muralhas pelágicas, inacabadas, cujos blocos enormes, esparsos ao longe sobre o solo, testemunham gigantes que os levantaram, e que a morte surpreendeu antes do cortamento de seus esforços... (AZEVEDO ET AL, 2008⁶).

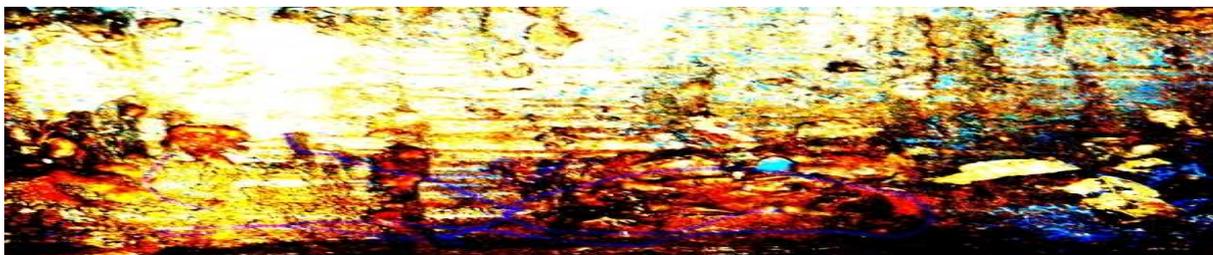
Não é possível, então, pensar numa educação por imposição ou apenas baseada em números, é necessário planejamento adequado com implementação idem, seguindo parâmetros e regras que atendam aos diferentes níveis de ensino, que busquem adequação ao mercado e ao mundo globalizado sem deixar de lado a preocupação com resultados capazes de colocar a educação brasileira no patamar dos países mais desenvolvidos.

Segundo José Antonio Pupim de Oliveira (2006, p.274):

No Brasil, especialmente em nível federal, o planejamento ainda é visto como uma coisa quase que estritamente tecnicista dominada por economistas e burocratas. Eles assumem que uma vez tendo o *plano certo*, a implementação sairá automaticamente. Porém, a realidade tem sido diferente: muitos projetos, programas e políticas falham na implementação como planejado ou têm impactos negativos inesperados.

e isso se pode ver todos os dias, pois se fala de grandes projetos que “não têm erro” e que acabam se perdendo por não haver planejamento e implementação adequados, mas o que é pior,

⁶ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova disponível no site www.pedagogicoemfoco.com.br acessada em 12/jun/08.



é que quase sempre são projetos em que se investe grande soma em dinheiro e este acaba sendo utilizado para outros fins e não com o proposto inicialmente.

Conclusão

Isso posto deve-se pensar que, capacidade de melhorar, o país tem de sobra, pessoal capacitado para fazê-lo também não é o problema absoluto mesmo diante das dificuldades observadas na formação dos nossos docentes, que acabam chegando às escolas sem condições plenas de estabelecerem relação entre o que foi ensinado nas universidades e o que é necessário ensinar nas salas de aula, mas a verdade é que falta e muito, vontade política, articulação e envolvimento das diferentes camadas da sociedade, preocupação com o coletivo em detrimento do particular, aplicação adequada de verbas nos projetos que realmente merecem implantação, controle e acompanhamento das etapas sem que se perca o foco, mas sabendo adequá-lo quando houver necessidade de ajuste, tendo, sobretudo a preocupação com o aluno.

É preocupante o estado da educação brasileira, visto que essa agonia gerada por tantos anos de tentativa e erro tem feito com que o país permaneça estacionado numa situação bastante preocupante com relação aos níveis mundiais de aprendizado escolar. Não se muda um quadro como esses de uma hora para outra, tão pouco se encontra fórmula mágica para resolvê-lo em tempo recorde. É necessário empenho por parte dos governos federal, estadual e municipal através de investimentos na área, ao mesmo tempo em que se estabeleça uma melhor formação dos professores, capacitações constantes dos profissionais envolvidos e estímulo através de salários compatíveis com a função a que ocupam.

Educação é o alicerce para o crescimento do país, dessa feita, nada que é construído sobre um alicerce mal preparado pode se sustentar por muito tempo. Provavelmente a construção sofrerá rachaduras e poderá, inclusive, desabar ferindo ou matando inocentes sem que estes saibam o motivo de tal fato. Educação não se faz copiando, mas adequando propostas à realidade e necessidade de cada povo. Ainda mais: Educação deve ser entendida como política social e não política governamental exposta aos mandos e desmandos políticos que se estabelecem a cada novo período eleitoral.

Referências Bibliográficas:



AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.**
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm> acesso em 12/jun/08.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção educação contemporânea)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade;** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11 ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, J. A. P. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas.** Revista da Administração Pública. ISSN 0034-7612 versão impressa Rev. Adm. Pública v.40 n.2 Rio de Janeiro mar./abr. 2006.

<http://www.educacao.sp.gov.br> – acessado em 05/jul/08

<http://ideb.inep.gov.br/Site> - acessado em 01/jul/08